PP0124-1
TL7101

Documento nº 1

CÓPIA INTEGRAL

RDTL-FRETILIN C.R.R.N.

Para o Comité Permanente do CRRN

Assunto: Exigências da Luta para uma reverificação necessária

I - Dentro das questões estruturais que eu vinha apresentando para permitir, a todos e a cada um, um gradual estudo de conceitos, estudo regulado pelas necessidades e a partir da realidade e para, da mesma forma, impulsionar uma gradual e profunda compreensão de questões básicas da nossa luta, tenho duas propostas a apresentar para SE DECIDIR sobre elas:

A - reajuste da estrutura

B - remodelação radical da estrutura

Em 82 foi meu intento provocar em todos compenetração, estudo e debate dos nossos e múltiplos problemas, dirigindo a luta; em 83, quis incentivar outro método de estudo por debates escritos numa procura de solução dos mesmos problemas. Nem um modelo nem outro foram eficazes, na medida em que a luta não admite esperas de solução teórica, enquanto decorrem duas situações:

1 - o inimigo a impôr-se-nos e

2 - outras necessidades vão surgindo.

Se, em pensamento, continuarmos rebocados pelas situações, será a luta e será o Povo Maubere quem se vai ressentir desta arrastar da nossa incapacidade de acertar os ângulos do nosso mecanismo de prática estrutural ou, noutros termos, no funcionamento eficiente da estrutura. As questões de base teórica são, segundo parece, relegadas para a classificação de importância secundária, enquanto nos entretemos com as dificuldades e problemas de segunda ordem, originadas, deve-se ter em conta, pela ausência de um pensamento comum que, necessàriamente, conduziria a uma linguagem comum como, também e òbviamente, a um esforço comum e sem atropelos de vária ordem.

Analisando a conjuntura interna, de realce para as contradições no nosso seio (que, embora não antagónicas, são muito perniciosas), um espírito realista só conclui pela necessidade de uma revisão profunda que venha permitir accionarem-se as capacidades enquanto potencialmente produtivas. Esse espírito crítico, por realista, não se deterá a buscar, de novo, causas desencontradas e complexas de relacionamentos e atritos provocados, ao fim e ao cabo, pela fricção existente entre a capacidade de deliberar, ainda fraca, com a capacidade de materializar, talvez grande demais mas mantida inactiva ou travada. Esta inacção e/ou blocagem conduzem, por sua vez, a certa inércia e generalizado descontentamento nos escalões mais baixos que, por sinal, estão saturados. Levanto questões que não são nenhum segredo para ninguém; mas, se os camaradas não sabem, então eu é que sou, afinal, o confidente dos quadros inferiores e bases.

Como responsável da luta e enquanto prevalecer sobre mim a capacidade de decisão, não devo colocar-me indiferente sobre tudo quanto diga respeito a questões de condução da nossa guerra. E, como Cmdt-em-Chefe, eu devo tomar consciência de que arquei com as responsabilidades pelo desenvolvimento do todo do processo bem como das suas diversas partes e que, se a luta retrocede, eu sou o principal e mais grave culpado pela situação que vier a criar-se. Se, em questões importantes e graves para a luta, tomei decisões (que só depois foram rectificadas pelos membros do CC), as minhas competências abrangem todas as decisões de carácter estratégico. Tenho vindo a apresentar as questões num "puxa e empurra" de propostas que, nem assim, me receiam a atenção de todos. A partir de agora, NÃO ADMITIREI DISCUSSÕES a esse respeito; se bem que eu deva compreender diversas particularidades, é, a partir delas, que eu devo, por outro lado, colocar a luta em 1º plano. Não o fazendo, estarei agindo contra os princípios do Partido e contra os interesses da luta.

Se a questão é de capacidades, evitemos, a tempo, maiores problemas no futuro; se é questão de princípios, corrijamos com coragem as deficiências de ordem estrutural. Na proposta A, o reajuste serve para proporcionar, aos membros do Permanente, mais tempo para o estudo e deba-

te das questões de toda a ordem, como base primária para o desenvolvimento prático.

Na proposta B, apresento uma remodelação que servirá para cada um reverificar, pela prática da execução, a sua capacidade subjectiva, como condição de melhoria posterior.

Limitamo-nos a atirar problemas inexistentes, pequenos ou de ordem táctica uns aos outros e, sobre problemas importantes, nem nos dignamos debruçar com a devida correcção; quando a nossa obrigação é materializar, reclamamos a democracia e, quando surgem problemas de ordem técnica e estratégica, dormimos no centralismo — no fim das contas, estamos sempre a colocar mal os problemas para "percebermos" a direcção colectiva e a democracia. E, neste clima, ninguém fica convencido de ninguém; lançámos ao vento expressões de "os ordens do Partido e da luta" e cochichámos dúvidas descabidas ... sem compenetração!

A partir de agora, só DISCUTO problemas da luta e NÃO ESTOU DISPOSTO a perder tempo com contradições mesquinhas; PUS PONTO FINAL a todas as surgidas e que cada um se compenetre e regule a sua conduta individual segundo os nossos princípios. Doravante, actuarei com DECISÃO, sem medir consequências, PARA SERVIR A LUTA!

II - Proposta de reajuste da estrutura

1 - Comité Permanente, funcionando na Ponta Leste;
2 - Criação do Conselho Político-Militar, na RNC;
3 - Nomeação do camarada Rusk para Conselheiro militar do Cmdt.-em-Chefe;
- Nomeação do camarada Klauk para emdt de operações;
- Nomeação dos camaradas Lere e Asmin para Cmdts da III e IV Unidades
- Colocação dos Secretários Oran e Manis
4 - Acumulação, pelo Estado-Maior, do Comando da II ZV

III - Proposta de remodelação radical da estrutura

A - Estrutura da luta Armada

1. COMANDO DA LUTA

CRRN
- CMDT - EM - CHEFE
- CONSELHEIROS MILITARES
- CONSELHEIROS POLITICOS
- COMANDO DA II BV
- DFSE

2. COMANDOS DE SETORES
- COMDOP LESTE
- COMDOP CENTRAL

3. COMANDOS DE UNIDADES E COMPANHIAS

4. ESTRUTURA POLITICA
- COMISSARIOS
- ADJUNTOS
- ASSISTENTES

B - Nomeações e colocações

1. Comando da luta (já alterado)

CRRN
- Cmdt-em-Chefe - Koy Rola
- Cons. militares - Rusk, Bukar ou Bere
- Cons. políticos - Hodu e Okan
- Cmdo da II BVI - 1º Cmdt, Kilik; 2º - Bukar ou Bere

2. Comandos de Sectores
a - Os emdts da II BV supervisionam os Comdops leste e Central
b - Os Kbs dos Comdops (houve modificação)

3. Comandos das Unidades e Companhias (já alterado)
a - I Unidade - Aluk e L. forai
II --- - Alex e Rosito
III --- - Mauk Moruk e fera
IV --- - Olo Gari e Falur

b - 1ª Comp. autónoma - Kiba e Kadalak
2ª --- --- - Terraz e Dekas
I Unidade { Compª A - Aluk e Tatoli
--- B - d'Forsi e Tyssi Bado
II Unidade { --- A - Alex e Tsi Kisha
--- B - Rosita e Soeiarno
III Unid. { --- A - Fero e Dadian
--- B - Mauk e Kalu
IV Unid. { --- A - Falur e Ular
--- B - Olo Gari e Selalu

4. Quadros políticos (já alterada a colocação)

a. Comissários políticos
- 1ª Compª - Hideo
- I Unidade - Nau Velis
- II --- - Kakay
- III --- - Lú Olo
- IV --- - Lere
- 2ª Compª - Rusu
- Comdop Central - Konis

b Adjuntos e C. Assistentes

5. Colaboradores do EMaior e dos Comdops (alterado)

NB - Existe autonomia entre os dois Comdops, que são supervisionados pelo E-Maior. Cada Comdop supervisiona 2 Unidades e 1 compª autónoma.

C - FUNCIONAMENTO (EM LINHAS GERAIS)

1. Actuando como Estado-Maior:
- CEM, Cmdt-em-chefe
- Sub-CEM, os conselheiros militares

2. Obrigações

a. Planeamentos de carácter estratégico;
b. Decisões militares de carácter estratégico
c. Superviscão do pessoal — nomeacões e desnomeacões, louvores e punicões e colocacões até Cmdts de Unidade
d. Controle inventarial do material e distribuicão até Comdops
e. Aprovacão, correccão ou anulacão dos planeamentos dos Comdops

3. Actuando como E-Maior de Sector:

- CEM, o Cmdt da II RV
- Sub-CEM, os colaboradores dos Comdops

4. Obrigações

a. Execucão de planeamentos do ETF
b. Planeamentos tácticos e operacionais
c. Comando directo em operacões importantes
d. Controle e inventário semestral do pessoal e material
e. Responsabilidade por:
   - todas as operacões
   - perdas humanas e de material
   - desgaste do material
   - aproveitamento e conservacão do material
   - disciplina militar
   - melhoria da capacidade de combate das NTF
f. Envio de opiniões, sugestões e propostas de carácter militar ao ETF
g. Envio obrigatório de relatórios trimestrais e de mapas mensais de operacões militares ao ETF
h. Envio de considerações sobre o IN, em actividades militares, ao ETF
i. Propostas ao ETF de nomeacões para Cmdts das Companhias

IV - QUESTÕES PARA DEBATE

1. Redefinição e classificação de regiões militares
2. Revisão de métodos de acção e planeamentos
3. Carácter dos planeamentos e accionamento das forças
4. Exército de guerrilha e estrutura simplificada
5. Estratégias: geral e parciais e relação entre a nossa e a estratégia IN
6. Etapas, fases e conjunturas
7. Conteúdo da "ofensiva" e da "intensificação de acções militares"
8. Dinamismo do pensamento e da acção e a centralização
9. Relação entre o deliberativo e o executivo
10. CRRN na sua prática estrutural e extinção do BCP, BIS, EMG, GABINETE e PRESIDÊNCIA
11. Revisão das tarefas gerais da Luta
12. Análise da situação e planeamento /84
13. Propostas da FRETILIN e o plano diplomático
14. FRETILIN e sua orgânica

Dili, aos 3 de Março de 1984. —

O Cmdt-em-Chefe,

(as) KRXG

Está conforme

Nota - Desde os fins de Novembro /83, foram mandadas mensagens a todos os membros do CC e do CPermanente para se prepararem para a reunião e a propor que a mesma fosse realizada na Ponta Leste, onde estavam o Cmdt-em-Chefe e os camaradas Hadu e Natuno, ambos em serviço de reverificação naquela região. O responsável provisório do CPermanente, Bere, responde marcando o começo da reunião no dia 1/Jan/84, na Ponta Leste. Em meados de Dezembro /83, porém,

Bere, Kilik, Nanú e Olo Gari reúnem-se e rejeitam a proposta de colocação do Clarmanente na Ponta Leste (proposta enviada desde Outubro/83) e não se pronunciam sobre a reunião.

Em 10/Janeiro/84, o Cmdt-em-Chefe passa para o RTC para a reunião com os ditos elementos, levando a opinião conjunta dos restantes 2 membros do CC e do CERN que se encontravam na Ponta. Ainda a 1 dia e 1/2 de viagem de distância, os mesmos elementos negam o envio de uma secção de segurança (pedida por motivo de movimentações "inimigas" no Itinerário) — já se notavam indícios de conspiração (termo depois muito utilizado) por parte de Kilik, Nanú e Olo Gari, com Okan a manobrar na expectativa de sucesso dos 3. Aquele facto (o de terem negado uma secção de segurança — quando com eles estavam mais de 3 compas em "reposo") não permitiu ao Cmdt-em-Chefe chegar-se junto deles ou, pelo menos, adiantar-se em terreno. Porque as operações inimigas começaram a intensificar-se, em princípios de Fevereiro, os mesmos elementos enviaram "emissários" ao Cmdt-em-Chefe para apresentar dúvidas extraordinárias quanto à proposta de o Clarmanente passar a funcionar na PL. Logo após o abrandamento das batidas, em fins de Fevereiro, os "emissários" regressaram com o presente documento, tendo-se marcado a reunião para Abril.

Em 12 de Março, o Cmdt-em-Chefe cobriu a distância que os separava mas eles já se tinham dispersado, sem pelo menos avisar. Aguardou-se até 10 de Abril e ninguém apareceu (e Kilik estava a 6 horas de distância no seu buraco). Após tanta espera, os quadros médios foram convocados, a quem foram-lhes entregues as resoluções que iriam ser discutidas se membros do CC e do CERN tivessem aparecido — a total irresponsabilidade foi severamente condenada pelos quadros presentes que aprovaram totalmente as decisões tomadas, corroborando com apreciações críticas e participando com opiniões e propostas concretas.

PP0124-2

Documento nº 2

CÓPIA INTEGRAL

RDL-FRETILIN — C.R.R.N.

= Análise /84 =

I - Introdução

A 3 anos após a histórica Conferência de Março/81, analisados os diversos aspectos que vinham contribuindo para um irregular funcionamento da estrutura traçado, tornou-se tanto urgente quanto necessário tomarem-se as medidas adequadas para uma correcta solucão dos nossos problemas. Continuamos convictos de que permanece, no quase mesmo estado, a contradicão principal da nossa guerra definida em 81.

O exemplo dos reajustes havidos na PL que, desde o início de 82, vinha provocando e provando a necessidade de revisão constante e oportuna da estrutura com o fim de permitir maior engajamento prático de todos os elementos, aconselha que, no todo e para o todo, deve persistir, com maior razão, uma não só necessária como premente correcção. No plano global, a estrutura enfermava de uma acumulação de organismos descentralizadores que, ao fim e ao cabo, se chocaram nas suas diversas ou similares atribuições, o que impediu uma maior capacidade de materialização.

Foram transpostas, para a fase actual, as linhas gerais do topo da estrutura das Bases de Apoio, embora menos complexas, não sendo em conta a radical modificação da situação; por outro lado, a capacidade subjectiva, que era, é e será sempre o pressuposto necessário para um engajamento integral das actividades e elementos, continua deficiente para se poder encarar objectivamente a luta, no plano de decisões, factor-base que gerou as diversas contradições que viciaram o ambiente.

A questão de princípios prevalece como a contradicão fundamental da nossa guerra e, enquanto ela persiste, só uma correcção estrutural pode garantir capacidade de desenvolvimento. Quando se fala de princípios, não se deve referir aos princípios da guerra como, com particular importância, aos princípios de condução do processo; estes, pela sua deficiente assimilação,

encontravam sempre barreira para um entendimento satisfatório, turvando desta forma a necessidade de esforços convergentes.

Já dissemos, noutra ocasião, que somos um Exército de Guerrilha e, tomando consciência da realidade que nos afecta, devemos concluir que só uma estrutura simplificada pode proporcionar um melhor ritmo às diversas actividades. A variedade e a alteração constante das situações estavam em permanente contradição com a rigidez de actuação dos organismos do topo. Foram encaminhados esforços para uma justa correcção no plano do pensamento, todavia, 3 anos depois, devemos estar munidos da suficiente coragem política para reconhecermos que a imprescendível base teórica não é sólida (quando o devia ser) no organismo de direcção colectiva. Esta insuficiência, quando prevalece em órgãos colectivos de decisão, bloqueia o dinamismo que deve regular as nossas análises, planeamentos e actividades, face às conjunturas que se sucedem.

Neste sentido, a necessidade de revisão estrutural é uma exigência do dito; neste sentido também, uma estrutura simplificada, de maior centralização na sua capacidade deliberativa, poderá significar um novo impulso, pela adequada descentralização, para uma nova capacidade de materialização.

3. Já dissémos que, na sua relação recíproca, a nossa estratégia está em dependência à estratégia do IN. Porém, esta dependência, que se verifica em termos de factos (= no plano táctico), não anula que deva haver, por necessidade, o nosso esforço de impormos a nossa estratégia no plano global da guerra. No último texto de "questões estratégicas", apresentámos os pontos essenciais para um estudo crítico e para um debate profundo de questões de condução da nossa guerra; a leitura superficial feita pelos membros do CC (e do CRRai) desviando, como necessidade lógica, as discussões "acidentalmente" fiéis para problemas secundários de "revisão de actividades", colocou, sem dúvida nenhuma, os membros do CC e do Clermanente em embaraços teóricos que constituem, agora, o fulcro da incapacidade de uma análise, em termos objectivos, da situação.

No texto, apresentámos questões complementares para uma melhor assimilação do pensamento traçado quando abordáramos, conjuntamente com os

problemas de planeamento, a estratégia política, em Janeiro/82. Nesse ano ou desde aí, fizemos uma correcção no conteúdo da "Ampliação da frente", abrindo perspectivas políticas para a Unidade Nacional. No texto, o pensamento era o próprio estratégia de solução da guerra — esta estratégia geral da guerra continha o objectivo de libertar a Pátria. Todos assimilamos (ou não assimilamos) o conceito de objectivos parciais e, quando se fala de objectivos parciais, está-se perante estratégias ou traçado de estratégias parciais. Se dizemos (quando assimilamos, claro) que a realização dos objectivos parciais permite a realização do objectivo supremo, devemos compreender que, se traçamos estratégias parciais para materializar, a sua materialização produz, como resultado, a materialização, em melhores condições, da estratégia geral. As estratégias parciais são, desse modo, as condições de que necessitamos para impôr a nossa estratégia geral ao inimigo. Sem compreendermos assim, somos levados a colocar uma estratégia parcial no lugar da estratégia geral ou a traçar, para toda a guerra, muitas estratégias de alternativa, revelando somente a nossa falta de firmeza e indecisão no plano estratégico — isto só pode significar subjectivismo, tanto mais prejudicial quanto mais se trata de conduzirmos a guerra...

O subjectivismo que comanda a nossa visão sobre a luta impedirá, necessàriamente, uma correcta apreciação do desenvolvimento do processo, ficando-se incapaz de perceber a sua evolução por etapas e suas fases e de aperceber-se das conjunturas que aparecem. Esta é a razão fundamental porque afirmamos que a Direcção da luta andava, em pensamento, ao reboque das situações sem sequer tomar consciência do facto, o que é mais grave; acontecendo assim, não se consegue dar passos seguros na prática, pelo que, também na prática, nos colocamos ao reboque do atraso do nosso pensamento.

e. Elaborámos, em Janeiro/82, umas considerações sobre planeamentos. Lemos ou não lemos, compreendemos ou não, aceitámos ou não aceitamos, o que é verdade é que nunca se levantaram questões sobre o assunto. O desinteresse pelos debates teóricos, (que datava já de 1980), pode ser classificado, sem legitimidade, de rejeição da sua necessidade por um lado e, por outro, interpretado num complexo quadro de competitividade de especialistas; dizemos comple-

xo na medida em que traz o estigma dos relacionamentes que vão desde aspectos de ordem moral ao psicológico, do político ao militar, etc. Por este emaranhado de condicionalismos de conduta, somos levados a supôr que os esquemas foram aceitados como modelo a seguir ou existiam controvérsias veladas de ordem teórica — não podíamos realmente adivinhar qual deles o mais provável! No Curso do EE, quisemos exemplificar, de maneira prática, a forma mais correcta de planeamento, dando-lhe o carácter que obviamente se devia perceber.

O carácter dos planeamentos está implícito no conceito de centralização e descentralização do comando. Quanto mais o Cmdo. de uma actividade recebe a total ou relativa capacidade de execução, mais o seu planeamento deve ser minucioso; quanto mais o comando de uma ~~actividade~~ ou mais actividades detêm a tensa a capacidade de decidir sobre a execução de um planeamento, esse planeamento ganha mais carácter de adivisão, coordenação e accionamento global. Porém, o próprio carácter de centralização fixa os níveis de execução de actividades devendo, em casos concretos, a elaboração e materialização de um planeamento dado pertencer a órgãos mais elevados.

Um planeamento estratégico indica, depois do estudo das condições existentes e na previsão das probabilidades mínimas de se assegurarem outras no futuro (futuro que significa: durante a execução do/s planeamento/s complementar/es), as linhas gerais de orientação para materializarmos determinada estratégia. Se se entrega esse planeamento estratégico estabelecido para os órgãos executivos, esses órgãos têm só e simplesmente a obrigação de encaminhar os seus esforços para dar vida às linhas gerais traçadas, por planeamentos tático-operacionais complementares, cumprindo-os por fases e dando a conhecer o andamento e o resultado desses planeamentos de execução, o desenvolvimento das condições previstas, pedidas ou necessárias. Já dissemos, não poucas vezes, que nenhum plano ou ideia permanece inalterável do princípio ao fim; a sua alteração é ditada pela alteração das condições existentes e, se um planeamento estratégico define linhas gerais de orientação para conduzir as nossas acções, ele deve ser tido como um planeamento subjectivo que busca objectividade só na sua própria materialização, gradual e consequente. Assim, o órgão ou órgãos, que recebam esse planeamento, define/m planeamentos tácticos, estabelecendo fases

para o seu cumprimento gradual e consequente e fornecendo, como seu dever, detalhes ou aspectos, tanto favoráveis como desfavoráveis, para uma também gradual e consequente revisão, emenda ou acréscimo do planeamento superior. É aqui que reside a relação entre o deliberativo e o executivo.

Um permanente estudo da realidade, essencialmente na relação entre o que desejamos fazer (ou, pelo menos, o nosso esforço de cumprir) e as nossas condições e dificuldades, aconselhar-nos-ia a reflectir sèriamente sobre como planear. O como planear realmente não é um problema simples; antes pelo contrário, é complexo pela sua interdependência com outros factores: como executar, como accionar, como coordenar, quando, onde, quem materializa, etc, etc. Só este estudo pode indicar-nos a invalidade de planeamentos, estratégicos ou tácticos, rígidos, a nossa incapacidade de accionamento global das U/F e a inoperância de planeamentos por períodos longos; esse estudo, em contra-partida, fade guiar-nos a perceber melhor sobre a entrega da capacidade de iniciativa (ou descentralização do comando), pela definição de planeamentos flexíveis por períodos não muito longos nem muito curtos, sobre a necessidade de permanente revisão dos planeamentos e correcção nas formas de cumprimento, pelo estudo da reacção do IN e da nossa ou não capacidade de nos impormos, a ele, no plano táctico e operacional e, finalmente, a percepção exacta da nossa capacidade real, limitada, de accionar as U/F, por esta mesma capacidade, procedermos a melhorar no plano de coordenação e activação das U/F.

Essa capacidade reside, a partir da situação e condições existentes englobadas nas nossas necessidades, na definição de métodos de acção concretos, em planeamentos estabelecidos. Esses planeamentos obedecem, contudo, à activação de um planeamento superior e na execução de actividades do plano táctico dos comandos subalternos, pertencem só e sòmente à capacidade de planeamentos e fracionais; aos comandos tácticos, pertencem também planeamentos operacionais que englobem vários comandos subalternos.

Os nossos métodos de acção são essencialmente: acções de guerrilha e acções de choque decisivas (definidoras, estas, da guerra móvel seja qual fôr o grau de envergadura com que a façamos).

D. Ainda surgem questões interessantes a nublar-nos a visão sobre o desenvolvimento da nossa guerra; questões que merecem ou, pelo menos, carecem de resposta mas, quem as dá, senão a realidade? Porém, como será se há desacordo entre a percepção dessa realidade e o pensamento furtivo que se encolhe sob prismas unilaterais de apreciação do fenómeno? Talvez exista (é sempre melhor supôr) a tendência de aconchegar o pensamento ao lugar menos errado, mas... a situação, a "realidade" desta situação[a], que provoca incómodos teóricos e activa náuseas de incerteza, acomoda-nos a olhar para o pano de fundo[b] de todos os dias.

Só a unilateralidade de apreciação (o que significa superficialidade ou subjectivismo) impede conceber ainda uma ideia correcta sobre a evolução da nossa guerra; só o não exame profundo pode ainda originar a clara confusão entre etapas, faces e períodos e só a não apreciação global pode ainda conduzir à não-percepção de conjunturas concretas (e suas necessidades) do desenvolvimento da nossa guerra. Lançaram as bases teóricas para esta apreciação na mudança do I para o II BV, na mensagem de fim do ano e noutras — a resposta foi o silêncio atroz da incerteza, senão mesmo do incredulidade!

Assustámo-nos com a ofensiva de Beni Mtirdani e não sabemos ser resolutos nas nossas convicções (se é que as temos!), firmes nas nossas intenções (se é que as possuímos definidas com clareza!). Um comando que não está capaz de se convencer do êxito de uma operação, não pode comandar a operação pois que se intimidará à primeira condição desfavorável. Não se quer, também, comandos "temerários" que proclamam ataques a todos os lados, sem irmos a nenhum; a luta exige comandos decididos e resolutos na perseguição dos objectivos, comandos que aceitam derrotas mas almejam a vitória, comandos que reparem os erros e melhorem os sucessos!

Isto tudo só pode advir de uma maior centralização, pela simplificação da estrutura, que viria aos balanços de uma complicada prática de elitos e num lamentável infantilismo de "és tu, é ele, mas não sou eu"!

Já afirmámos (para que nos entendessem o pensamento) que, como Comandante-em-Chefe das Falintil, não nos asseguramos a nós próprios da capacidade de derrotarmos militarmente o IN. Foi, por isso mesmo, que o pensamento, que nos

(a - a grande ofensiva de Beni que aumentou a preocupação dos "refugiados".
b - p/alguns elementos, a guerra é: situação de batida e situação de não-batido.)

conduzir, reflectir a estratégia de solução política da guerra. Se a estratégia geral da guerra era a solução pacífica, os nossos esforços devem estar conduzidos para impormos as nossas intenções ao IN. Todavia, mesmo traçada esta estratégia, guiada pelo objectivo supremo de libertar a Pátria da ocupação militar estrangeira, há que definir sempre e com correcção as etapas da guerra, a fim de, a partir dessa definição, encararmos com objectividade as nossas necessidades.

A passagem de uma etapa para outra pede, necessàriamente, uma revisão de tarefas gerais da luta. A situação pode não anulá-las, todavia exige sempre um novo escalonamento e confere também nova importância e prioridades. Só assim podemos estar capazes de compreender o conteúdo próprio de cada actividade em situações próprias (concretas) e isto só trará dinamismo ao pensamento pedindo uma acção correspondente; quando não, permanecemos na rotina do pensamento, ficamos manietados com a rotina das reuniões e somos arrastados para a contínua possibilidade de acção, muito embora estejamos parecendo que "fazemos" qualquer coisa!

Já sabíamos de antemão que, eivados de "situações reais", muitos espíritos repugnam ouvir falar de ofensiva ou, se a admitem (o que não é provável) não desejam comprometer-se com a busca do seu verdadeiro e mais amplo sentido. Dizemos amplo, porque é necessário continuar a lembrar que a guerra não deve ser vista de maneira unilateral; repetimos amplo, porque também se torna necessário continuar a lembrar sempre que as ideias só são objectivas quando tomam contacto com a realidade, indo ao seu encontro (isto é, a apreciam com profundidade e sob todos os aspectos).

O que significa, para nós, a ofensiva de Beni Murdani? Quanto a nós, é uma acção estratégica de contra-ofensiva a uma acção nossa, estratégica, de ofensiva. Não negando a envergadura desta resposta, o IN sucumbiu perante uma imposição da nossa vontade. Os sucessos obtidos, durante toda a campanha e em 81, foram anulados por uma derrota táctica de carácter estratégico. Os sucessos diplomáticos, arrecadados ano após ano, considerando até a própria visita da delegação parlamentar australiana, se é certo que não ficaram invalidados, puderam merecer a descrença generalizada. No campo diplomático, 83 foi uma estrondosa vitória para a Fretilin! Porquê? Porque,

embora as resoluções da ONU fossem sempre de condenação e exigências de retirada, a Indonésia acumulara vitória após vitória, enquanto nós íamos somando perdas consideráveis — assim é que se pode compreender que a decisão de transferir, para este ano, o debate do problema, é mais favorável para nós do que para a Indonésia ... se soubermos encaminhar os nossos esforços!!!

No campo político, a abertura à Unidade Nacional e as propostas apresentadas pela FRETILIN tiveram boa repercussão não só entre os países amigos como nos ocidentais. As nossas propostas devem também ser encaradas no quadro das Nações Unidas e na participação de Portugal (e sua estratégia) na solução do caso. Dissémos, em Agosto de 81, que o facto de Portugal continuar a considerar Timor Leste como um território sob a sua administração, constituía um factor favorável, na medida em que, juridicamente, é negada à Indonésia qualquer legitimidade na anexação. Podemos pensar que Portugal passou a "olhar com bons olhos" a atitude positiva, exigida pela FRETILIN.

E numa situação de defensiva pura na própria estratégia geral, lográmos passar à ofensiva tanto no campo político como no diplomático. Abandonámos o radicalismo e pudemos alcançar os objectivos traçados para a Contra-ofensiva estratégica.

No campo militar das actividades, devemos sòmente reconhecer a nossa incapacidade de conduzirmos, com correcção, a Contra-Ofensiva; entanto, há que, por outro lado, saber afirmar com convicção que provocámos uma alteração na situação militar do conjunto. A insurreição marcou o início propriamente dito da Contra-Ofensiva militar.

No plano geral da guerra, estamos no início da ofensiva estratégica; a 1ª fase corresponderá ao momento da insurreição até 31 de Dezembro, período que bastou e serviu para medirmos a capacidade inimiga nesta grande operação de exterminação das FALINTIL e a capacidade de respondermos a ela.

Iniciamos, com o novo ano, a 2ª fase da ofensiva e, a partir de agora, com a revisão das tarefas gerais da luta, o nosso esforço será para dirigir as nossas actividades no sentido de, mais uma vez e no plano geral da guerra, impormos as nossas intenções sobre o IN.

É aqui que reside a necessidade de analisarmos a situação, a fim de nos capacitarmos a dirigir as partes. No RMC, as partes procederam já a planeamentos para um longo período de 6 meses, sem uma linha directriz para guiar os seus esforços. No RMC, foi aproveitado o método de planeamentos da Ponta Leste, do ano anterior, método ultrapassado (em linhas gerais) pela não definição correcta de objectivos a serem alcançados, objectivos esses ditados pela alteração da conjuntura. Em pensamento e na prática, no RMC anda-se ao reboque do PL, o que prova melhor ainda a tese que defendemos de que a PL reúne as melhores condições para especializar a nossa guerra. Hoje, são levantadas questões e que devia ter sido feito em 82 e 83; não se quis ter fé na experiência de tantos camaradas e fica-se a forçar reajustamentos, sem iniciativa para se decidir algo sobre algo.

II - Revisão das tarefas gerais

1. Podemos reparar que o objectivo IN, de anexação pela força de Timor Leste, corresponde à estratégia militar de "extermination da FRETILIN". Esta estratégia pode ser considerada ou como a continuidade da estratégia de desgaste que nos vinha impondo ou como uma estratégia de activação daquela, em termos de maior capacidade de realização daquela.

No plano diplomático, a estratégia IN é conseguir a retirada do caso da agenda da ONU.

Não possuímos muitas informações sobre o IN, realmente; porém podemo-nos aperceber de que Jakarta, embora pareça um gigante que não soçobra, enfrenta as suas dificuldades na solução da guerra que provocou e hoje procura resolver com maior determinação.

Se definirmos, em Março de 81, as tarefas gerais da guerra, escalonando-as pela a sua realização consequente, respondendo a uma etapa do luto em que a palavra de ordem era a de recuperação, aumento e manutenção das condições básicas para o prosseguimento da guerra, hoje podemos analisar os resultados que alcançámos integral ou parcialmente:

No plano interno:

a) no campo político — sendo o PL considerado como a nossa rectaguarda estratégica (= nosso ponto forte e não direcção de recuo ou de defesa

posicional", como alguns pretendem), os constantes e alternados altos e baixos da organização popular de resistência provam sòmente o esforço IN para destruir ou anular a vontade e a determinação das massas de prosseguir a guerra;

— na RMC, a insuficiência teórica da Direcção do Luta não condiz, em correcção, a prática das actividades e se formos a medir o esforço de imprimirmos as nossas acções militares para abrir perspectivas políticas, pelo menos nas Zebras que delinhamos desde 80, a situação foi de estagnação.

— na FRO, podemos afirmar ter havido mais esforço, anulado sòmente pela imposição do IN.

b) no campo militar — na PL, as duas Companhias do I BV, ali estacionadas, souberam receber com determinação a palavra de ordem, lançada pelo Comando do Luta, e procuraram satisfazer as necessidades gerais da luta e satisfazer as suas próprias necessidades que eram e continuarão a ser: melhoria da capacidade de combate e exterminação do IN. O resultado não foi imediato, porém o melhor resultado é o que se verifica, desde Agosto a Dez/83, em que as nossas capturas ascenderam a cerca de 30 armas e o clima de medo com que as F/IN encaram a PL, em suas operações de batida.

— na RMC, o espírito defensivo (de "conservação") e o estilo deturpado de "recuperação" das NF têm vindo a registar-se em perseguições constantes, surpresas e fugas para PL, numa lados, e dispersão desmedida em outros, incutindo o espírito de "canto tido apa-apa" nas F/IN.

— na FRO, conforme informações que nos chegam, sem ser através dos organismos oficiais superiores, soubemos que, até fins de Outubro, conseguiram capturar também 7 armas IN, o que demonstra que aqueles Comandantes e combatentes estão conscientes não só do seu papel como, sobretudo, das suas próprias necessidades.

Apesar disto tudo, conseguimos não só "sobreviver" para o 9º ano de Resistência como alcançámos o que queríamos, com a ajuda do próprio IN. O processo das conversações foi o corolário do esforço de resistência e luta — outras partes do território, até onde as nossas palavras e presença não (a) Todos os membros do Comando e a maioria dos membros do CRCN encontravam-se nas Regiões Centrais) —

chegaram, tomaram consciência de que a luta não esmorecera e todo o povo de T.L. ficou convicto de que a luta continuará! No próprio Indonésia, a propaganda de rendição da FRETILIN, feita tanto em jornais como pela rádio, teve um efeito contra-producente: por um lado, desmentiram eles próprios a propaganda da inexistência da Resistência Armada e, por outro, realçaram a nossa determinação de prosseguir a guerra até à vitória.

B. Vistos os nossos problemas, como será a revisão que se impõe nas nossas actividades? É pela classificação das mesmas, com vista a respondermos às necessidades da nova etapa definida. Definiramos que a esta táctica para a etapa da ofensiva seria sob a palavra de ordem de "guerra popular"; é fácil como imediatamente nós podemos compreender a expressão como indicando participação se não integral, pelo menos massiva massiva das massas populares. Todavia, não se alcança o conteúdo se não a colocamos em conjunturas próprias, obedecendo a estratégias estabelecidas.

Se a estratégia geral é de solução político-diplomática da guerra, este é o fio condutor para revermos as nossas tarefas. Tarefas para serem desenvolvidas até quando? Nós diremos até ao fim do ano e, mais concretamente, até Setembro (e já estamos perdendo 3 meses!!!) Porquê? Porque a reunião da ONU começa em Setembro e o Secretário-Geral daquela organização está obrigado a apresentar um relatório sobre a questão de Timor.

1- Assim, as actividades do campo diplomático figuram como a tarefa central a ser desenvolvida. Com que objectivos e em que questões?

a) - o objectivo primordial é o de garantir a todo o Mundo que a ofensiva de Beni Murdani foi uma "grande ameaça" e de que a estratégia de extermínio encontra obstáculos na nossa "estratégia" de guerra prolongada;

b) - outro objectivo é o de assegurar, na opinião internacional, a nossa disposição ao diálogo, como complemento (e não como sinónimo do fracasso) daquele e incentivar uma maior aceitação das propostas formuladas anteriormente;

c) - outro ainda é o de continuar a fornecer dados sobre a violação dos direitos humanos e sobre a situação económica da população de T.L.

2. Estando assim definidos os objectivos a serem alcançados, como será que e podemos conseguir? Vamos ver agora o plano interno das nossas actividades. Afirmamos atrás que, no campo político, "alcançámos" o que fixáramos para a etapa anterior, pelo que este aspecto que constituía a preocupação dominante vai necessitar sòmente de um esforço em termos de propaganda política para a **Unidade Nacional**, relegando as organizações clandestinas para um lugar secundário.

As actividades de **organização popular** mereceram a nossa atenção de destaque pela necessidade de cobrirmos o País da nossa presença política (quebrada em 78/79) e cobrirmos tanto quanto possível as Zonas de uma organização do MPLIN para um levantamento armado. Hoje, embora existam prevalecer determinadas condições, em direcções dadas, para um mesmo modelo de activação das organizações populares, as necessidades superiores da luta subtraem ao todo essa capacidade (que até nem existe!) e impedem que se dispersem esforços e esforços. Isto não nega, contudo, que onde e quando apareçam boas condições as aproveitamos devidamente. Mesmo que possamos ter organizações amplas e sólidas em todo o País, já durante este ano, este facto não pode esperar como um ponto de propaganda diplomática de que venha a resultar mudanças de opinião, favoráveis a nós. Não foi preciso nós fazermos — o documento capturado em Saalsi provou-o e o levantamento do 8 do Agosto demonstrou, de forma categórica, o nosso controle político. Neste ponto de vista, as actividades organizacionais não são as necessidades actuais da luta, embora permaneçam no seu papel de suporte básico da Resistência.

3. Resta-nos a **actividade militar**. Afirmáramos que a constituição do IBV respondia às exigências de uma situação concreta, em que o papel predominante das FALINIL era repor, tanto quanto possível, a quebra verificada das condições para o prosseguimento da luta. Verificada, por necessária, uma alteração dessa mesma situação, urge dar outro conteúdo à actividade militar da luta. Queremos compreender que o facto de o sector militar das actividades ser o determinante reside essencialmente em 2 questões:

a) - a capacidade de **impulsionar o desenvolvimento de outras actividades** e

b) – ao mesmo tempo, o dever de garantir a sua própria continuidade.

Pensamos que está claro que, expressando-nos assim, estamos na consciência de que o aspecto militar não é o decisivo, nas nossas condições, para assegurarmos uma vitória militar sobre o IN, mas determina a vitória sobre o IN, pelo desenvolvimento das actividades que ele impulsiona em conjunturas concretas, assegurando a si próprio a continuidade da guerra. Em conclusão, o militar é o determinante na própria relação intrínseca com outros elementos e pela sua condição sine qua non de fazermos uma guerra.

Com esse sentido, com a mudança do I para o II BV, queremos compreender também que o II EV cabe uma outra missão a cumprir — a de provocar sensíveis avanços na luta. O problema é o que se põe com a pergunta: Como? Sim, como? E se juntarmos a palavra ofensiva (para o que nem todos estávamos preparados) a inquietante pergunta: ofensiva como? Pois bem, se os objectivos diplomáticos forem estabelecidos, vamos responder através de uma melhor exposição desses objectivos e, seguramente, encontraremos aí o sentido correcto de "guerra popular".

1. No texto do Fpn/83, levantámos questões sobre "guerra prolongada" e "guerra de decisão rápida", sobre se devia ser considerada estratégia ou princípio estratégico a "guerra prolongada". Quando afirmamos que a estratégia de exterminação, de Eeni Nudani, deve encontrar obstáculos, pela oposição da nossa "estratégia" de guerra prolongada, não queremos dizer, agora, que já optámos pela "guerra prolongada". Em pensamento, devemos conceber que opomos, à estratégia IN, uma estratégia que é o seu oposto. Dissemos também que, como princípio ele é válido para regular as nossas actividades, embora recomende as necessárias considerações. Assim, se Jakarta procura impor-nos a estratégia de exterminação, teremos que provar que estamos capazes de suportar uma guerra prolongada, teremos que provar, por via de factos, que a nossa exterminação torna-se difícil, senão mesmo irrealizável. Como provar? A afirmar isso à boca cheia, se vamos perdendo homens e armas na RMC? A medir-nos, no plano estratégico, com o IN, continuando aqui na RMC a esconder-nos, a dispersar-nos desnecessariamente (a) – os ditos comandantes superiores, provocando b) e total descontrole sobre as forças e criando um espírito de sobrestimação do IN)

lidamente ou a manobrar para o PL? Os próprios combatentes manifestam e os recém-casados, desmoralizados por tanto arder e fugir, vão rendendo!!! Esta situação prova até que podemos ser exterminados em pouco tempo e esta situação, a continuar, continuará a garantir a parte que, afinal, para nos exterminar, a questão é de mais imposição e de tempo. Perguntámos, naquele texto, se iríamos, na ofensiva, ameaçar sòmente o IN e a nossa pergunta não foi ouvida ou não foi considerada e, um ano depois da "discussão" do texto e sua "aprovação", na RDC cumprimos "planeamentos" reais de dispersão, nas batidas, e concentração nas situações de não-batidas, em que aparecemos para fazer "esclarecimentos".

Como será então que iremos opôr, por factos concludentes, que contra a estratégia de exterminação, nós estamos resolutamente a "estratégia" de "guerra prolongada"? Noutra maneira de dizer, como teremos que persuadir parte que, se ela quer uma guerra prolongada, nós aceitamos-la?

Só podemos apontar também factos para que as nossas considerações não sejam tomadas de retórica fina, de tecnicismo estéril. Como o PL faz, exterminando o IN, criando instabilidade nas zonas do IN e combatendo em inteligência nas nossas zonas. Impondo terror ao soldado indonésio, actuando em batidas IN e accionando as forças em situações de não-batida! Provocando reacções, favoráveis a nós, do IN, incutindo nas forças IN o espírito de que, se nos capturam uma mulher, nós tiramos-lhe uma ARMA e, no mínimo, fazer prevalecer no IN o espírito ou a tomada de consciência de que, a continuar assim, será difícil resolver a guerra pela guerra. Assim, em pensamento, podemos considerar que ultrapassamos o IN, em intenção, para, na prática, conduzirmos as nossas actividades em direcção à materialização dos objectivos que queremos, neste ano. Compreendemos assim, em parte, o carácter da nossa ofensiva, sob a palavra de ordem de:

"Roubar homens e material e capturar armamento IN".

2. Outro objectivo é proporcionar ao Fluído a ideia de que a escalada da guerra, imposta pela FRETILIN, está respondendo à grande ofensiva de exterminação de Benú Ulerdemi. Escalada da guerra, em termos de factos e durante a ofensiva, será:

a = destruir tudo - casas, haveres e produção da população em zonas organizadas e não organizadas;

b - destruir todas as estruturas: civis, militares, do estado e particulares;

c - eliminar os espiões e traidores, os Kolakni e polícias indonésios;

d - causar mais baixas aos PPKAD, aos "Tuju" e forças naturais irrecuperáveis;

e - exterminar, em cada combate, as posições fixas do IN.

Temos que provocar fome, miséria, contradições, descontentamento geral na população; temos que provar a incapacidade do IN de defender as suas zonas. Durante os 5 anos da fase de guerrilha, temos obrigação a permitir ao IN arrumar a "sua" casa - hoje, temos o dever de destruí-la! A escalada da guerra deve ter a sua imagem num maior agravamento da situação da população; se em 81 e 82, a CVI só se ocupava de tiro, em 84 deve ocupar-se com todo o Teatro (se possível) e deve tomar maior contacto com a guerra, mais criteriosamente com a escalada da guerra. Se não o fizermos, só demonstraremos incapacidade de impôr as nossas intenções ao IN; não o fazendo, não haverá maior tracção sobre pleito e, se não o fizermos, a situação de "controle real do IN sobre o território" não será desmentida ao mundo, em termos de continuidade da nossa ofensiva. É aqui também que queremos, dentro do exercício, validar o planeamento de INTENSIFICAÇÃO DA LUTA ARMADA, sob o seguinte princípio de:

"CRIAR MAIOR INSTABILIDADE NAS ZONAS DO IN E COMBATER, CADA VEZ MELHOR, COM INTELIGÊNCIA NAS NOSSAS ZONAS".

No plano táctico - operacional, o factor muito importante - a ser explorado é o aspecto moral e psicológico do soldado indonésio - devemos criar no soldado indonésio mais medo de morrer, mais dúvida de se vale a pena morrer por uma terra que não é sua e "por" um Povo que o despreza. Os comandos e o 745 merecem particular atenção nesse aspecto, para que os dominemos no plano táctico - operacional; isto não quer dizer que outros Tipos de forças (Zipur, Infantaria, Marinha, etc) possam ser menosprezados.

Nisto tudo é que colocamos os nossos métodos de acção — acções de guerrilha, em flagelações para causar baixas e acções de choque decisivas para capturar armamento do IN. Quanto maior instabilidade criarmos, quanto mais destruições fizermos, bastará tão só ter em vista a defesa das suas zonas de controle e poderá, até, diminuir o efectivo das nossas Zonas. Para nos conservarmos realmente, devemos ter-lhe destruído o IN! Com isso, queremos também ter um tipo de "consciência" idêntica ao PAIGC — esta "consciência" não é mais nem simplesmente a memória da nossa derrota. Ninguém deseja isso (pensamos!), nem nós o consentiremos.

3. Os estragos que devem ser feitos, as destruições que devem ser realizadas por nós e os massacres, as perseguições e prisões cometidas pelo IN, e tudo e a miséria, tudo isto será necessário para este ano. Para resolvermos a guerra, temos que consentir mais vidas sacrificadas do nosso povo; a lavoura que dê de comer, que garanta o vestir, que construa mais casas, que traga mais carros, mais camiões, mais tanques, mais canoas, barcos e batelões! Nisto reside o conteúdo que queremos dar à estratégia "guerra popular", no objectivo. A cumprir-se com correcção os objectivos traçados para este ano, a "guerra popular" ganhará outro significado nas fases seguintes desta etapa.

Só com isto, queremos crer, o ano 74, que é o decisivo no plano diplomático, pode constituir uma nova vitória sobre o IN, no confronto que existe entre as propostas da FRELIMO e a vontade de Portugal de retirar o nosso caso da agenda da ONU!

Pelo exposto, pensamos que todos percebemos que, no campo político interno, a organização e a sempre desejada "recuperação de condições" devem merecer primazia no estabelecimento das metas. Neste sector de actividades, o nosso dever é ENSINAR POLÍTICA aos nacionalistas e aos soldados indonésios. Por isso mesmo, se impõe também uma maior centralização da actividade de propaganda que garanta, assim, com tópicos regulares e consequentes, a amplitude que queremos dar à firmeza dos princípios, minimizando felicitar e responsabilidade da FRELIMO na condução do processo. A estrutura criada vai impedir iniciativas irresponsáveis (a) no lançamento de bom

(a) Hawk, numa surpresa em que perdem as panelas, escrevem e mandou colocar no local: Hoje, perdemos nós as panelas; amanhã serão vós a perdê-las!)

[illegible] irresponsáveis!

Os tópicos gerais são:

1 - Para os nacionalistas

a - definição da Unidade Nacional; b - objectivos da UN; c - posição de partida; d - situação geo-política; e - propostas de solução apresentadas pela FRETILIN.

2 - Para o soldado indonésio

a - A justeza da guerra; b - o que é a FRETILIN?; c - o que deseja a FRETILIN; d - A Indonésia e a área; e - A democracia e a liberdade; f - o comunismo e a social-democracia e g - os direitos humanos e o direito fundamental do Povo.

Em todas as ocasiões e situações, devemos aproveitar melhor das nossas capacidades de ENSINAR POLÍTICA aos nossos adversários.

III - Planeamento /84

(... ... ...)

Timor Leste, aos 10 de Abril de 1984.

O Comandante-em-Chefe,

a) [illegible]

Está conforme

Documento nº 3

CÓPIA INTEGRAL

PP0124-3

RDTL-FRETILIN Partido M-L "FRETILIN"

CIRCULAR DE CONSULTA SOBRE QUESTÕES DA DIRECÇÃO DA FRETILIN

I - Nota explicativa

1. Na histórica Conferência de Março/81, afirmámos que, com a criação do Partido, não desaparecia a FRETILIN como Movimento de

libertação. Na ocasião, porque defendíamos o princípio de Partido único, a Frente seria compreendida em termos de Poder, isto é, do governo da RDTL.

A nossa inserção na área e a conjuntura mundial aconselham-nos a rever, sem trairmos os nossos princípios, as linhas de orientação política traçadas. A mudança desta orientação está reflectida na estratégia definida para a Unidade Nacional, estratégia que, aliás, estabelece o método de solução da guerra e a conduta política a ser adoptada pela Frente, depois da guerra.

Porque definíramos que o Poder ou o Governo da RDTL seria a Frente, em sistema de Partido único, a constituição da Direcção da Frente seria a constituição do Governo; mas, porque posteriormente a estratégia política pôde vogar um pluripartidarismo multi-partidarista, o próprio Movimento Frentista necessita agora de uma Direcção que possua, em termos de análise, estudo e decisão, uma maior capacidade política. O nosso Partido, entravado por dificuldades de ordem Teórica e mesmo por irregularidades de comportamento e de prática, não será a organização política ideal a cabeça, pois o depois da guerra, enquanto que a Frente continua solicitada e, desde já, deve estar à altura dos problemas da Nação e representar os interesses do Povo Maubere!

2. As nossas deficiências de vária ordem, políticas e militares com peso, nestes últimos 2 anos, atestam com evidência a necessidade de estudarmos profundamente os nossos problemas e corrigirmos com convicção e consciência o que está errado — este é um dos princípios básicos da nossa linha política!

8 anos de um processo revolucionário, calculados em tempo, não são muitos; mas não são poucos, quando ponderamos pelo peso da capacidade subjectiva e pelo grau de melhoria do comportamento e da prática. Somos, actualmente e na prática do conhecimento mútuo, uma organização demasiado pequena e não sentimos, por isso mesmo, os problemas dessa ordem como tínhamos no período das Bases de Apoio.

Em 8 anos do nosso processo, não pudemos ainda superar a insuficiência teórica que constitui a condição básica para conduzirmos, com correcção, o processo, nem conseguimos erradicar os comportamentos e práticas denotadores, ao fim e ao cabo, dessa insuficiência teórica. Neste

plano, a questão mais grave é, no mínimo, a compreensão dos princípios da organização e, a qualquer membro da Direcção Superior, exige-se a assimilação profunda. Mas, não se adquire nada, se não se aprende e não se aprende se não se estuda; também é necessário ter-se em conta que não se estuda, se não se é humilde para aprender e não se aprende, se não se é sincero para se corrigir. Ainda há que notar que se se não corrige, não se melhora e, porque o processo avança, ao invés de nos relacionarmos à teste, ficamos, no mínimo, à margem do desenvolvimento do processo, se é que não nos colocamos mesmo à rectaguarda, gesticulando frenéticas "sugestões".

E, quando assim acontece, preenchemos o tempo em contradições pois dar vida à nossa passividade, com atitos para "utilizarmos" a democracia, em desavenças ou divergências para "vivermos" a liberdade, chocando camaradas mesmos, barrando o caminho aos outros e criando dificuldades à organização.

Porque 8 anos são bastantes para medirmos as nossas acções com profundidade e tomarmos resoluções com consciência do servir a luta, o Partido e o Povo, o Partido coloca, hoje, aos seus quadros, este problema grave e delicado — a direcção do frentismo.

3. A estrutura do frentismo, que dê vigorar para responder tal luta, deve ser uma estrutura capaz e sólida. Para que qualquer organização seja capaz e, ao mesmo tempo, sólida, a sua Direcção deve ser capaz, isto é, a sua Direcção deve reflectir uma estabilidade mínima dos seus membros. Todos nós devemos sentir responsáveis pela vida das organizações de que fazemos parte. Nesse sentido, todos aqueles, que estão solicitados para se debruçarem sobre esta questão, vital para a Luta, devem fazê-lo com sentido de respon sabilidade do que servem sòmente a luta e de que a sua decisão tem por único objectivo, garantir capacidade de combate nas fileiras da frentismo.

II — Resposta às questões

1. Desde Agosto do ano passado, foram enviadas mensagens, aos membros do CC, sobre questões relacionadas com a estrutura e constituição da Frente e do Partido (bem como muitas outras questões); até ao momento, só os

camaradas Hodu, Bene e Bárbara se pronunciaram provocando debates políticos, mesmo assim, os debates foram, indicando somente que ainda não existe suficiente capacidade ou consciência da necessidade de debater os problemas de condução do processo.

2. Neste sentido, todos os quadros devem, obrigatoriamente, apresentar os seus pontos de vista (pessoais e não em nome de outros) sobre as seguintes questões:

a - O que acha que seja a base dos problemas que afectam a actual Direcção?

b - Como pensa que se poderá garantir à Direcção da FRETILIN, uma maior capacidade de combate?

c - Por qual ordem, se lhe apresentassem estas 3 propostas para a constituição da Direcção da FRETILIN?

1 - Membros do CCF - todos os actuais membros do CC do Partido

2 - -"- - só os antigos membros do CCF

3 - -"- - os antigos membros do CCF, com inclusão de alguns novos. Neste caso, quem ou quantos acha que propõe?

d - Qual a sua opinião sobre esta formação:

A - Presidente da FRETILIN - Abílio Araújo
Vice-Presidente - - Mari Alkatiri

B - Comissário Político Nacional - Roque Rodrigues
- Comandante das FALINTIL - Kay Rala
- Secretário das Relações - Ramos Horta

C - Os restantes membros, que desempenharão e desempenharão as tarefas que lhes vão ser forem entregues.

e - Faça uma apreciação crítica sobre os actuais membros do CC do Partido, no plano interno.

3. Todas as respostas devem ser conduzidas ao EMF, pelas suas Missões de Resistência, em sobrescritos individuais e lacrados. O prazo máximo de entrega é fixado até 10 de Maio próximo, pelo que as Comissões devem activar pelo seu cumprimento. Esta circular de

consulta serve para superar as dificuldades de realização de uma Conferência para este debate.

4. As questões das alíneas d) e e) demarcam os sistemas de coerência e de não-exigibilidade, com relação aos quadros recém-saídos.

Rio, 15 de abril de 1984.

O Cmdt-em-Chefe,

(a) V.R.K.G.

Está conforme

Documento nº 4

PP0124-4

Cópia integral

Resolução Finais (Doc. nº 7)

1. Fica revogada a orgânica anterior, na definição do funcionamento do CRRN e dos seus organismos, com exceção das competências do Cmdt-em-Chefe.

2. O Comando da Força está assegurado pelo EMF, sob a responsabilidade do Cmdt-em-Chefe.

3. As competências deliberativas do CC da Força estão suspensas, enquanto não se verificar uma estabilidade mental dos seus membros, podendo mesmo dissolver-se a atual constituição se se continuar a manifestar irresponsabilidades de comportamento e de ética.

4. É o Cmdt-em-Chefe quem detém a exclusividade de decisão sobre a estratégia e sobre todas as questões que se relacionem com ou que influam sobre ela.

5. É do Chefe do Estado-Maior que competa dotar os princípios da nossa guerra e elaborar todas explicações complementares, que deverão ser aceitas por toda a organização.

O Cmdt-em-Chefe,

(a) V.R.K.G.

Está conforme

PP0124-5

Documento nº 5

CÓPIA INTEGRAL

(Doc. nº 5)

Regulamentação sobre Irresponsabilidade e Indisciplina Militar

Têm vindo a surgir, desde Companhias a Quadros, desde os recém-saídos dos ditos veteranos, manifestações de toda a ordem. O princípio de não falar certo com os manifestos surgidos das bases, encontra obstáculo na constatação que nós próprios temos da situação. Se é certo que não devemos fazer certo, é mais certo ainda o nosso dever de ouvir, investigar, saber e conhecer para pormos cobro à situação de descontentamento generalizado, situação que não podemos tolerar nem permitir que se arraste.

O alvo das críticas é o Comando Supremo!!! a)

A partir de agora, o EMF não tolerará actos e comportamentos que entravem o esforço das N/F. Nesse sentido, é feita esta regulamentação que abrangerá somente o Comando do II ER e os Comandantes das Unidades e Companhias. Cada caso ou situação que se apresentar, o EMF procederá a uma justa apreciação dos factos e sancionará todo o elemento infractor, seja qual for o escalão. O EMF procurará, intransigentemente, impôr, pela disciplina, um maior espírito de responsabilidade no seio das N/F, a partir da aplicação de duras penas aos comandantes subalternos:

1. As penas, consoante a gravidade e reincidência dos casos, serão, além da crítica e auto-crítica:

a - suspensão por período máximo de 60 dias;
b - destituição do cargo para o cargo imediatamente inferior.

2. É denunciador de irresponsabilidade:

- Todo o comportamento que procure encobrir os erros técnicos ou tácticos, cometidos em acções por nós iniciadas ou em resposta a ataques IN;

- Todo o comportamento que revele defesa sistemática para

a) - O Comité Permanente, o Estado-Maior, o Comando do RV)
b) - Na restituição inicial de Abril, Kaúlza passará a 1º Cmdt do

não reconhecer os erros, nas duas situações acima descritas;

- toda a atitude de fuga para responsáveis, em situações que exigem maior controle sobre as forças sob o seu comando;
- todo o desejo que permite, aos agrupamentos militares, uma dispersão total e descontrolada;
- toda a atitude de despreocupação de reunir e controlar as forças sob o seu comando;
- as perdas humanas e de material, provocadas por incapacidade do comando;
- a preocupação pessoal que se sobrepõe aos interesses da luta
- todo o comportamento exagerado que exclua "segredinhos" sobre armamento e material esgotado;
- todo o comportamento que decorre ou retira, sem dar conhecimento aos organismos superiores, as que permite o descontrole dos seus recursos do Estado;
- o desinteresse pela recolha de documentos inimigos capturados, provocado pela sua perda parcial ou total;
- colocação de questões de toda a espécie nos relatórios, sem capacidade de decidir, a tempo, sobre elas;
- a preocupação de relatórios longos, sem dar opiniões ou sugerir propostas para responder às necessidades da luta ou para as mudanças ocorridas
- a rotina das actividades, sem espírito de iniciativa

3. É denunciador de indisciplina
- a despreocupação na materialização de planeamentos estabelecidos
- a indecisão e demora no cumprimento das ordens superiores
- a insubordinação no cumprimento de ordens superiores ou na materialização de planeamentos superiores
- o desleixo de estar de acordo com os princípios da guerra
- a não-aplicação correcta dos princípios da guerra de acordo com as respectivas unidades e, ao mesmo tempo, das respectivas campanhas)

...ua não aceitação;

- a não apresentação de relatórios exigidos

- a não apresentação, em tempo, da documentação inventariada do pessoal e material.

4. Este regulamento entra em vigor na RAVC

O Chefe do Estado-Maior,

as) ERVG

Este exemplar

1. Estes documentos têm o carácter confidencial e serão só para conhecimento dos camaradas membros do CC. Deles, os camaradas podem adquirir uma tosca visão sobre os problemas da Direcção interna que tiveram o desfecho "mais lógico" do que se esperava. Havia, desde há muito, como que 2 facções: uma, digamos "mais política" (Xanana, Hodu, Bunar e acompanhada por Bere) e outra "mais militar" (Nixon e Rauk e seguidos de perto por Olo Gori). Estes entretinham-se a sonhar com escalões militares de "influência sobre as forças" — aventura que redundou numa total fracasso, já que aqueles militares demonstraram somente uma consciência política que se sobrepôs a qualquer tentativa de "influência pessoal" com que pretendiam substituir a autoridade política.

2. Quanto complexo é uma clara consciência política podia resolver e, porque todos os antagonismos encontrou só resolviam pela "gritemes" vivas a "unidade nacional" da Direcção (para, ao sair-se da tosca da reunião, recomeçarem as guerras), só uma actuação rápida podia, de uma vez por todas, cortar a doença que ameaçava entrar gangrenar toda a organização.

Timor Lorosae, na luta que todos se travam.

= Outubro de 85 =